

Caminhos e Descaminhos da Administração Pública no Brasil - Vol. 1

Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)



Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA NO BRASIL**

Atena Editora
2017

2017 by Rudy de Barros Ahrens

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto (UFPEL)

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho (UnB)

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez (UDISTRITAL/Bogotá-Colombia)

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza (UEPA)

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa (FACCAMP)

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior (UFAL)

Profª Drª Adriana Regina Redivo (UNEMAT)

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua (UNIR)

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Profª Drª Ivone Goulart Lopes (Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatric)

Profª Drª Lina Maria Gonçalves (UFT)

Profª Drª Vanessa Bordin Viera (IFAP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C183

Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil /
Organizador Rudy Ahrens. – Ponta Grossa (PR): Atena, 2017.
420 p. : 2.042 k bytes – (Administração Pública; v. 1)

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-40-0

DOI 10.22533/at.ed.4001209

Inclui bibliografia.

1. Administração pública - Brasil. I. Ahrens, Rudy. II. Série.

CDD-351.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Apresentação

A Administração Pública no Brasil caracteriza-se pelas circunstâncias de sua atuação, em um contexto mediado pelo poder e pela ação das empresas privadas e das organizações no âmbito da sociedade civil.

Esta mediação vem estimulando, nos últimos anos, os pesquisadores com o intuito da busca por melhorias ao estado, baseando-se na ideologia e crença de que é possível fazer a Gestão Pública acontecer.

O mencionado *ebook* reúne artigos científicos fruto de trabalhos e pesquisas realizadas na área de Administração com ênfase na Gestão Pública. Contando com 50 artigos, este foi dividido em 2 volumes, sendo no Volume 1 as subáreas de a) Finanças, Controladoria e Auditoria Pública; b) Educação Pública; c) Inovação Pública; d) Sustentabilidade Pública e e) Gestão de Pessoas e no Volume 2 com as subáreas de a) Planejamento e Gestão Pública; b) Políticas Públicas; e c) Compras e Licitações Públicas.

Os artigos a seguir foram desenvolvidos com o intuito de apresentar ao leitor experiências, conhecimento e informação, desejo assim uma boa leitura.

Rudy de Barros Ahrens

Sumário

Apresentação.....	03
--------------------------	-----------

Eixo 1 Finanças, Controladoria e Auditoria Pública

Capítulo I

A PERSPECTIVA DOS CONTADORES ANTE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2015: UM ESTUDO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....

08

Capítulo II

AUDITORIA INDEPENDENTE: UMA OBSERVAÇÃO DE SUA IMPORTÂNCIA

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....

22

Capítulo III

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL E O INTERESSE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA/SP

Adriano Augusto de Souza.....

37

Capítulo IV

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA FORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

Julio Candido de Meirelles Junior.....

55

Capítulo V

PROPOSIÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA, COM O USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

André Santos de Oliveira, José Eduardo Klems Ribeiro e Marco Antonio Harms Dias.....

72

Eixo 2 Educação Pública

Capítulo VI

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS ENTIDADES FEDERAIS DO BRASIL: A EXEMPLO- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

Regina Maria da Silva, Eliane Moreira Sá de Souza e Willer Luciano de Carvalho.....

89

Eixo 2 Inovação Pública

Capítulo VII

APLICAÇÃO DA TEORIA UTAUT NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Thiago Pacife de Lima, Sâmia Laise Manthey Benevides, Carolina Yukari Veludo Watanabe, Rosália Maria Passos da Silva e Tomás Daniel Menendez Rodriguez.....105

Capítulo VIII

INOVAÇÃO COMO FATOR DETERMINANTE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Cristina Ferreira Silva Pires, Luciane Santos Prado, Dayana Alves Ferreira e Luciana Peixoto Santa Rita.....122

Capítulo IX

INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS PREMIADAS NO CONCURSO INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA FEDERAL NOS ANOS 2011- 2014

Janaina Mendes de Oliveira e Rachel Kerber Gonçalves.....139

Capítulo X

INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL COM FOCO NA TEORIA U: ESTUDO DE CASO EM UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RURAL

Natália Talita Araújo Nascimento, Flávio de São Pedro Filho, Paulo Adriano da Silva e Ítalo de Paula Casemiro.....154

Capítulo XI

PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE ACERCA DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – NIT.

Patric Douglas Griseli, Luciano Castro de Carvalho e Aline Louise de Oliveira.....171

Eixo 4 Sustentabilidade Pública

Capítulo XII

A POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS TECNOLÓGICOS NA PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA.

Gislane Martins Silva de Abreu, Mariluce Paes de Souza e Osmar Siena.....187

Capítulo XIII

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DESEMPENHO DA REDE SENAC SANTA CATARINA

Citania Aparecida Pilatti Bortoluzzi, Simone Sehnem e David Rodrigo Petry.....205

Capítulo XIV

CULTURA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Cleide Vasconcelos Dantas, Dayana Alves Ferreira e Cláudio Zancan.....234

Capítulo XV

DIAGNOSTICO SOBRE O PROGRAMA BOLSA VERDE NO NORDESTE DO BRASIL

Emanuel Varela Cardoso, Bruno de Araujo Azevedo e Gilberto Rodrigues Carneiro.....252

Capítulo XVI

INDICADORES DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: A PERCEPÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM CAICÓ-RN

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Márcia Celiary Rodrigues Medeiros.....267

Capítulo XVII

PROPOSTA DE INDICADORES PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS): PESQUISA-AÇÃO NO CINDACTA II

Luís Gustavo Carvalho e Eloy Fassi Casagrande Junior.....283

Capítulo XVIII

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NOS PREGÕES ELETRÔNICOS: ANÁLISE EM ÓRGÃO DO EXECUTIVO FEDERAL

Robson Gonçalves Chaparro, Marcelo Ribeiro Silva, Denise Aguenta Uechi, Rogério Elói Gomes Bezerra e Thiago Barreto Santos.....300

Capítulo XIX

USINAS SUCROENERGETICAS E OS IDHMs DAS CIDADES: UMA VISÃO PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Daiane Pereira de Souza, Gabrielli do Carmo Martinelli, Anaysa Borges Soares e Claudia Maria Sonaglio.....320

Eixo 5 Gestão de Pessoas

Capítulo XX

AValiação DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL E ESTÁGIO
PROBATÓRIO: UMA ANÁLISE NA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL

Joyce Frade Machado e Geraldino Carneiro de Araújo.....336

Capítulo XXI

COMO ATENDER A ALTA DEMANDA DE TREINAMENTOS EM ORGANIZAÇÃO DE
GRANDE PORTE COM OTIMIZAÇÃO DE RECURSO

*Kátia Cristina Cabral Monteiro Galvão, Heliane Prata Sarmiento, Roquemar de Lima
Baldam e Thalmo de Paiva Junior.....351*

Capítulo XXII

criação E IMPLANTAÇÃO DE CARREIRAS NO SERVIÇO PÚBLICO: DESAFIOS E
SUCESSOS

*Paola Pinheiro Bernardi Primo, Marcelo Rosa Pereira e Francisco Caniçali
Primo.....365*

Capítulo XXIII

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO POLÍTICA DE ASCENSÃO PROFISSIONAL DA
MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Cesar Augusto Ilódio Alves, Elvira Aparecida Simões de Araújo e Adriana Leônidas
de Oliveira.....378*

Capítulo XXIV

MUDANÇA ORGANIZACIONAL E MELHORIA NO PROCESO DE AQUISIÇÃO DE BENS E
SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

*Thayse dos Santos Fonsêca Pinheiro, Rodrigo de Lima Pinheiro, Luciana Peixoto
Santa Rita e Camila Karla Santos da Silva Valentino.....394*

Sobre o organizador.....406

Sobre os autores.....407

CAPÍTULO III

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL E O INTERESSE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA/SP

Adriano Augusto de Souza

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL E O INTERESSE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA/SP

Adriano Augusto de Souza

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Cornélio Procópio/PR

RESUMO: O estudo teve como finalidade conhecer o interesse dos cidadãos no processo do orçamento participativo, se existe a consciência da população sobre o conhecimento coletivo e o que ele pode influenciar para o desenvolvimento e melhoria das condições de qualidade de vida dos munícipes. O orçamento participativo contribui para o resgate do valor da cidadania, que, com a união dos cidadãos, pode desempenhar um papel importante no processo de construção desta ferramenta em conjunto com o governo local no estabelecimento das prioridades e na destinação dos recursos públicos. Para isso, surgiu a necessidade de conhecer o interesse dos cidadãos em fazer parte da elaboração do orçamento participativo e como este nível de interesse influencia para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Foi realizada uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários respondidos pelos moradores dos bairros Jardim Europa, Jardim Ferrari e Parque São Jorge do município de Itapeva-SP. Os resultados obtidos mostram que os cidadãos conhecem o orçamento participativo, porém este interesse está abaixo do esperado. É significativa a parte da população investigada que não participa e desconhece as ferramentas do planejamento, adotadas pela Administração Pública Municipal. Os participantes da pesquisa consideram que o Poder Público utiliza poucos mecanismos que promova a participação popular no processo de implantação do orçamento participativo. Isto pode ocorrer com atitudes para tornar as ferramentas do planejamento acessíveis numa linguagem clara e fácil, com o auxílio das tecnologias a fim de promover a conscientização, a participação e o interesse da população.

PALAVRAS-CHAVES: orçamento participativo; participação popular; tecnologias, Administração Pública.

1. INTRODUÇÃO

As experiências reais diante do Orçamento Participativo Municipal com o envolvimento da população ocorreram com maior destaque a partir da Constituição Federal de 1988, em cidades pioneiras como Belo Horizonte, Porto Alegre, entre outras, fato que o “Orçamento Participativo” ganhou forças nos rumos do planejamento governamental.

O orçamento participativo é uma ferramenta do exercício da democracia participativa, a população decide e influencia suas opiniões na elaboração do orçamento público, no que refere aos investimentos e ações que promovem as mudanças no município onde vivem.

Como exemplo aparece o município de Itapeva-SP, que se encontra

localizado na região Sudoeste Paulista do Estado de São Paulo distante a 270 km da capital paulista, com uma extensão territorial de 1889 km² de perímetro urbano (ITAPEVA-SP, 2015).

O município possui 3 distritos como o Guarizinho, Alto Brancal e Areia Branca, sendo os municípios vizinhos como Itaí, Paranapanema, Buri, Taquarivai, Capão Bonito, Guapiara, Ribeirão Branco, Nova Campina, Itararé e Itaberá. (ITAPEVA-SP, 2015).

Itapeva é considerada como a “Capital dos Minérios”, tem expressiva atividade de reflorestamento com destaque na produção de papel, madeira, carvão vegetal, celulose e minérios. Por outro lado, no agronegócio é um dos maiores produtores do Estado no cultivo de feijão, milho, trigo, tomate e soja (ITAPEVA-SP, 2015).

No início do ano de 2014, o município foi contemplado com a posição de 16^a Região Administrativa do Estado de São Paulo, sendo polo regional responsável por 32 municípios do Sudoeste Paulista (G1, ITAPETININGA E REGIÃO, 2014).

Com isso, o município de Itapeva apresenta grande importância na região do Sudoeste Paulista.

Outro ponto que merece atenção é a Lei do Plano Diretor do município que estimula a participação popular na gestão pública municipal por meio de vários instrumentos, entre eles o Orçamento Participativo Municipal (ITAPEVA-SP, 2006).

Levando em conta o interesse pelo assunto, foi necessário desmitificar o funcionamento e a elaboração do orçamento participativo municipal, e como a influência do conhecimento coletivo dos cidadãos pode contribuir para as mudanças necessárias no município, com auxílio das ferramentas do planejamento e tecnologias da Administração Pública Municipal.

Vale destacar que a união de lideranças e representantes de vilas, bairros, comunidades e associações, podem desempenhar um papel muito importante na construção do orçamento participativo do município, em conjunto com o governo local no estabelecimento de prioridades e investimentos que promovam o bem-estar social.

A aproximação entre a população e o governo municipal possui um grande valor. Neste ponto, se encontra a disputa por recursos financeiros para a cidade, que muitas vezes se tornam escassos para cobrir todas as demandas.

Neste aspecto, o orçamento participativo municipal permite que o poder local seja compartilhado com os cidadãos. É necessário que a opinião pública seja valorizada, que se dê peso as suas decisões e que isto possa mudar o olhar do poder público, principalmente na liberação de recursos que promovam o crescimento e desenvolvimento do município.

O orçamento participativo municipal é um exercício de cidadania. Os cidadãos tomam consciência do poder que têm, que o rumo para a vida digna e melhor depende de cada um. O poder público não garante a solução dos problemas, no entanto, a união dos cidadãos pode trilhar caminhos diferentes na gestão pública.

No intuito de contribuir com o assunto, a questão que surge, é mensurar o

interesse dos cidadãos em participar do orçamento participativo municipal, e como este nível de interesse influencia na contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

A pesquisa teve como objetivo geral quantificar o interesse dos cidadãos no processo do orçamento participativo, e se existe a consciência da população sobre o conhecimento coletivo e o que ele pode influenciar para o desenvolvimento e melhoria das condições de qualidade de vida dos munícipes.

Para esta comprovação foi necessário conhecer o orçamento participativo, seus conceitos, seus objetivos, sua implantação e os grandes desafios e obstáculos. Isto despertou o interesse em conhecer as ferramentas do planejamento utilizadas no processo decisório, e a relação dos cidadãos com elas, além de identificar as tecnologias aplicáveis no processo de planejamento, da execução orçamentária e transparência da Administração Pública.

Complementando as metas, a pesquisa levou a investigar como o conhecimento coletivo pode contribuir para a melhoria contínua do orçamento participativo, e a identificar se há estímulo do Município no processo de implantação do orçamento participativo.

2. ASPECTOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública no sentido amplo contempla todo o conjunto de órgãos e setores que o Estado possui, voltado a suprir as necessidades humanas dentro de uma sociedade.

Já Kohama (2014, p. 9) conceitua “Administração Pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

Tazinasso et al (2014, p. 3) complementam:

[...], a Administração Pública surgiu para beneficiar o todo e não somente o governo, para gerir homens e materiais de forma com que sejam bem distribuídos e utilizados. É constituída por um conjunto de órgãos que visam suprir as necessidades do povo que contribui através de seus impostos, para ter uma qualidade de vida melhor, como exemplo: educação de qualidade, atendimento de saúde, segurança, portanto visa atender a coletividade.

Como exemplo de órgãos ou entidades políticas que compõem a Administração Pública, estão os Municípios, os Estados, o Distrito Federal e a União.

Sobre estas pessoas políticas, Alexandrino e Paulo (2013a, p. 22) complementam:

[...], são os integrantes da Federação brasileira, caracterizados por possuírem autonomia política. Simplificadamente, pode-se dizer que a autonomia política é traduzida pela capacidade de auto-organização

(elaboração das próprias Constituições ou Leis Orgânicas) e, sobretudo, pela possibilidade de legislar, mais precisamente, de editar leis com fundamento em competências próprias, diretamente atribuídas pela Constituição da República.

Neste sentido, os Municípios como entidade política arrolada pela Constituição Federal de 1988, possui ampla autonomia política e administrativa, capaz de legislar sobre assuntos pertinentes ao interesse local e com respeito as necessidades e aos direitos dos cidadãos.

Alexandrino e Paulo (2013b, p. 317):

Assim como ocorre com os estados-membros, a autonomia municipal está assentada na capacidade de auto-organização e normatização própria (elaboração da Lei Orgânica e das leis municipais), autogoverno (eleição do Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores sem ingerência da União e do estado) e autoadministração (exercício de suas competências administrativas, tributárias e legislativas).

A Administração Pública Municipal é um alicerce formado, com estrutura própria capaz de atender as necessidades humanas e o bem-estar social, respeitando as garantias e os direitos sociais dos indivíduos. Para cumprir sua finalidade, utiliza como instrumento o Orçamento Público, assunto que será abordado a seguir.

Neste aspecto, uma das formas da população exercer o poder de fiscalização na arrecadação e destinação dos recursos públicos é por meio do Orçamento Participativo, assunto abordado a seguir.

2.1 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento Participativo é a união entre a população e o governo nos rumos das ações do planejamento estatal, voltado à utilização dos recursos públicos de forma consciente, saudável e participativa.

Neste contexto, Pires (2001, 35-36) conceitua:

O orçamento participativo representa mais um passo no sentido do aperfeiçoamento político. Nele, não somente os parlamentares devem participar das decisões sobre finanças e políticas públicas: a população organizada, a sociedade civil assume o papel ativo, passa a ser agente e não mero paciente. Ocorre uma radicalização democrática. Nessa passagem, a democracia passa a ser encarada não só como meio para se atingir o fim de melhor alocação de recursos, mas também como fim em si mesma. Na arena em que se dá a disputa por recursos públicos escassos, os cidadãos exercem o seu direito e o seu dever de participação na definição dos rumos da ação governamental.

Já Azevedo e Fernandes (2005, p. 25-26, grifo do autor) complementam:

Tanto o planejamento como o orçamento são orientações definidas dentro de critérios e parâmetros limitados, que apontam para a necessidade da participação popular, da democracia, do que se convencionou mais recentemente chamar de uma *democratização da democracia*. [...] por meio do orçamento participativo a população passa a ser ouvida e chamada a opinar, introduz-se a variável democrática, a variável povo, que sempre esteve ausente em toda a forma de planejamento.

O orçamento participativo é a materialização dos instrumentos da democracia, o cidadão é convocado a assumir um papel de agente e não paciente nos rumos da ação governamental.

No exercício da democracia, o cidadão deixa de exercer seu direito somente no voto nas eleições, envolvendo-se com o governo de forma organizada na discussão das peças orçamentárias.

O orçamento participativo possui expressiva amplitude na relação entre o Poder Público e a população, que pode se beneficiar a gestão do conhecimento e auxílio das tecnologias, próximo tópico a seguir.

2.2 GESTÃO DO CONHECIMENTO E AS TECNOLOGIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A gestão do conhecimento está presente nos dias atuais, de forma constante e com diferencial competitivo. A sua principal fonte é o conhecimento. Takeuchi e Nonaka (2008, p. 57) afirmam “[...], o conhecimento é criado apenas pelos indivíduos”.

Em outro contexto, Takeuchi e Nonaka (2008, p. 166) complementam: “O patrimônio indispensável para as empresas de hoje não é a fábrica e o equipamento, mas o conhecimento acumulado e as pessoas que o possuem”.

O conhecimento é criado exclusivamente pelas pessoas. É um produto indispensável e de grandeza riqueza dentro das organizações.

Chiavenato (2003, p. 593) afirma: “Conhecimento é a informação estruturada que tem valor para a organização”.

A gestão do conhecimento é um conjunto, que Diniz et al (2014, p. 3) explicam:

Para melhor compreender o que é Gestão do Conhecimento é preciso entender seus pilares, sendo eles:

- Dados: são informações organizadas sendo resultados através de experiências ou observação de informações. Os dados podem consistir em números, palavras ou imagens.
- Informação: a manipulação dos dados, contextualizados. É a consolidação dos dados de forma que passam fazer sentido.
- Conhecimento: é a informação interpretada, de modo que possa ser usada para importantes ações e auxílio na tomada de decisões.

O capital intelectual abrange a harmonia perfeita entre o conjunto de dados, a informação e materializa o conhecimento.

O conhecimento das pessoas forma-se pela absorção dos dados, que se transformam em informações, e por fim no conhecimento sendo algo adquirido pelo indivíduo.

Gestão do Conhecimento “é conjunto de estratégias para criar, adquirir, compartilhar e utilizar ativos de conhecimento; estabelecer fluxos que garantam a informação necessária no tempo, [...], a fim de auxiliar na geração de ideias, solução de problemas e tomada de decisão”. (BOFF, 2001, p.11)

O grande aliado da gestão do conhecimento é o uso da tecnologia, próximo tópico a seguir.

2.3 TECNOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para Chiavenato (2003, p. 518) “[...], a tecnologia constitui outra variável independente que influencia as características organizacionais (variáveis dependentes). Além do impacto ambiental, [...], existe o impacto tecnológico [...], sobre as organizações”.

A tecnologia exerce influência nas organizações, fato que no decorrer dos últimos anos invadiu a Administração Pública, e provocou grandes mudanças nas suas operações, tarefas e processos.

É inegável a dependência que a tecnologia causa às organizações. Chiavenato (2014, p. 471) declara, “Mas é evidente que as organizações dependem de a tecnologia para poder funcionar e alcançar os seus objetivos”. Ou seja, qualquer organização sem tecnologia pode ter grande dificuldades para se manter.

A tecnologia desenvolve-se pelo conhecimento das pessoas, Chiavenato (2014, p.472, grifo do autor) explica:

A tecnologia é algo que se desenvolve nas organizações por meio de conhecimentos acumulados e desenvolvidos sobre o significado e a execução das tarefas - *know how* e pelas suas manifestações físicas, como máquinas, equipamentos e instalações, constituindo um complexo de técnicas usadas na transformação dos insumos recebidos pela empresa em seus resultados, isto é, em produtos e serviços.

A tecnologia é um conhecimento que o ser humano agrega e transforma dentro dos processos, nas organizações, em bens, produtos e serviços.

Na administração pública, isso não é diferente. Este fenômeno ocorre na transparência na arrecadação e fiscalização dos recursos públicos, mediante o emprego de várias tecnologias que incluem a internet, o portal da transparência, o computador e o celular.

A tecnologia classifica-se em: incorporada e não incorporada. Chiavenato (2003, p. 519) conceitua:

A tecnologia incorporada está contida em bens de capital, matérias primas intermediárias ou componentes etc. Assim, uma placa de metal é constituída pelo metal mais a tecnologia que tornou possível a sua fabricação que está incorporada no equipamento industrial.

A tecnologia não incorporada encontra-se nas pessoas como técnicos, peritos, especialistas, engenheiros, pesquisadores, sob formas de conhecimento intelectuais ou operacionais, facilidade mental ou manual para executar as operações, ou em documentos que a registram e visam assegurar sua conservação e transmissão, como mapas, plantas, desenhos, projetos, patentes e relatórios.

A tecnologia incorporada contempla a materialização dos insumos, levando em conta a transformação da aparência física para outros produtos.

Por outro lado, a tecnologia não incorporada se refere ao capital intelectual (conhecimento explícito e tácito) de cada indivíduo na execução das tarefas e atividades dentro das organizações.

A tecnologia está presente na nova Administração Pública Gerencial. A mesma utiliza das tecnologias para o acompanhamento da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e setores da gestão pública.

Como exemplo de tecnologia na Administração Pública o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal é aplicado na administração orçamentária e financeira pela União. Ele realiza o suporte as demais unidades e órgãos centrais e setoriais da gestão pública, consolidando-se assim a contabilidade da União. Foi criado no ano de 1996, sendo implantando em janeiro de 1997, mostrou-se como instrumento moderno e eficaz para o controle dos gastos públicos.

Para Furtado (2012, p. 239):

O SIAFI é o principal instrumento de gestão da STN, que, por seu intermédio, realiza o acompanhamento e controle de toda a execução orçamentária e financeira do Governo Federal. É utilizado pelas Unidades Gestoras (UG) de todos os ministérios e dos demais órgãos e entidades como instrumento de administração financeira, com o objetivo de processar, de forma integrada e on-line, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil.

O SIAFI permite realizar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira das peças do planejamento estatal, como o PPA, LDO e LOA do governo. O intuito é auxiliar os gestores públicos do Poder Executivo, para fins de elaboração da prestação de contas anual a ser enviada ao Poder Legislativo.

O SIAFI é uma tecnologia que possui integração de cadastros e informações com os demais órgãos e unidades da Administração Pública no nível estadual e municipal, alcançando o poder de fiscalização e arrecadação tributária realizada pelos órgãos responsáveis.

Outro exemplo de tecnologia, o Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR) utilizado pela União para a estruturação, organização e elaboração da

proposta orçamentária final. Suas informações são totalmente *online*, e servem para fomentar e orientar as demais unidades orçamentárias.

“[...] é por meio do SIDOR que as diversas unidades orçamentárias, que compõem o Orçamento Geral da União (OGU), enviam suas propostas de orçamento para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) analisá-las” (FURTADO, 2012, p. 249).

O SIDOR funciona como instrumento que compatibiliza e consolida todas as propostas orçamentárias das unidades. Possui ligação com o SIAFI, no compartilhamento e acesso as informações que abrangem a execução orçamentária e financeira dos órgãos e unidades setoriais da Administração Pública.

3. METODOLOGIA

A pesquisa discorre sobre o interesse dos cidadãos no orçamento participativo municipal, investiga se existe a consciência da população sobre o conhecimento coletivo e o que ele pode influenciar para o desenvolvimento e melhoria das condições de qualidade de vida dos munícipes, com o uso das tecnologias e ferramentas do planejamento.

Em relação aos objetivos gerais, a pesquisa se classifica como descritiva, “tem como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2010, p. 27) ”.

O referencial teórico foi fundamentado em livros, periódicos, artigos científicos, dissertações, leis, monografias de pós-graduação e sites específicos da internet. Foram utilizados os autores nos assuntos de orçamento público, orçamento participativo, gestão do conhecimento e tecnologias, tais como Furtado, Nascimento, Kohama, Pires, Chiavenato, Takeuchi e Nonaka.

Foi realizada uma “pesquisa de campo”, com o objetivo de “conseguir informações ou conhecimento” acerca do orçamento participativo, para contribuir para a resposta da questão de pesquisa e “descobrir novos fenômenos” e suas relações (LAKATOS e MARCONI, 2010, p.169).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário que “consiste em um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado (GIL, 2010, p. 102) ”.

O questionário foi composto de oito questões objetivas, com finalidade de obter informações sobre o nível de conhecimento e interesse da população no processo do orçamento participativo, acesso as tecnologias e conhecimento das ferramentas do planejamento adotadas pela Administração Pública Municipal. Também permitiu descobrir a influência do conhecimento coletivo, e se há estímulo da gestão atual no processo de implantação do orçamento participativo.

O questionário foi elaborado com perguntas fechadas de múltipla escolha com três opções, com perguntas de estimacão ou avaliação onde “as respostas

sugeridas são quantitativas” (LAKATOS e MARCONI, 2010, p. 189), sem variação no grau de intensidade.

Foi distribuída a quantidade de 42 questionários nos bairros Jardim Europa, Jardim Ferrari e Parque São Jorge do município de Itapeva-SP.

A escolha dos participantes e dos bairros foi por amostragem, de forma aleatória, ou seja, sem levar em conta as características dos moradores e das classes sociais presentes com o intuito de obter informações para o alcance dos resultados e respostas para a pesquisa.

A aplicação dos questionários foi realizada nos finais de semana da última semana do mês de julho e início do mês de agosto de 2015. Foi concentrada nos Bairros Jardim Ferrari, Europa e Parque São Jorge do Município de Itapeva-SP, de forma alternada em horários distintos, onde foi entregue e aplicado a totalidade dos questionários.

Os questionários foram respondidos na sua totalidade. Alguns moradores apresentaram receios ao responder, outros responderam espontaneamente ao pesquisador ou individualmente.

Houve aproveitamento de 100 % das perguntas com a presença e instrução prévia do pesquisador *in loco* em cada residência dos moradores dos bairros, a fim de esclarecer as dúvidas eventuais, e corroborar com informações do objetivo, da importância das respostas e do questionário, mantendo-se o anonimato das pessoas envolvidas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção traz os resultados da pesquisa e em seguida uma breve análise dos valores levantados. A Tabela 1 apresenta os resultados das respostas das questões sobre o orçamento participativo.

Tabela 1 – Orçamento Participativo

Questão	Sim	Não	Não sei Responder	Total
Você sabe de alguma maneira como a população pode decidir juntamente com o Governo Municipal as prioridades” na aplicação dos recursos públicos?	21	15	6	42
Você participa com outros moradores do seu bairro ou outras vilas na elaboração do Orçamento Participativo no Município de Itapeva-SP?	6	36	-	42
Você considera que a união dos cidadãos juntamente com o Governo local promove mudanças e melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento do município pelo Orçamento Participativo?	33	7	2	42
Total Geral	60	58	8	126
Total (%)	48	46	6	100

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Analisando as informações dadas pelos moradores dos Bairros Jardim

Europa, Jardim Ferrari e Parque São Jorge, observou-se que 50% dos respondentes conhecem o orçamento participativo. Isto demonstra que a amostra pesquisada conhece a maneira que pode decidir com o Governo as prioridades e a destinação dos recursos públicos.

Verificou-se que 36% que não conhecem o orçamento participativo municipal e que 14% não souberam opinar sobre o assunto. Isto pode indicar que a parcela, correspondente a estas respostas, se refere aos cidadãos que não possuem acesso às informações, tem desinteresse no assunto, aversão à política, falta de confiança no governo ou uma combinação destas condições.

Aliado a isto, questionou-se a participação dos moradores dos bairros e vilas na elaboração do orçamento participativo. Dos respondentes, 86% informaram que não participam de qualquer associação de moradores nos seus bairros e 14% participam ativamente na elaboração do orçamento participativo.

Pelos resultados obtidos, pode-se observar, em números percentuais, o fraco interesse da amostra pesquisada no processo de elaboração do orçamento participativo. Isto pode indicar que não há espírito de equipe, que não há vontade de participar e que não há união de propósitos entre os moradores dos bairros.

Complementando o assunto, 79% dos cidadãos consideram que a união com o governo local promove mudanças e melhoria da qualidade de vida dos munícipes, considerando suas atuações no orçamento participativo. Entretanto, 17% não acreditam que esta união pode ser benéfica e 5% não souberam opinar.

É possível inferir que a amostra pesquisada dá crédito ao Estado quanto ao atendimento das demandas sociais para o bem-estar da coletividade, inclusive na qualidade e melhoria contínua dos serviços públicos prestados à população, pelas decisões do orçamento participativo.

As informações obtidas trouxeram respostas para a questão de pesquisa e o objetivo geral.

Deve haver esforços para que a população seja ouvida e convocada a opinar, cria-se, assim a figura democrática, a figura que representa o povo e o aproxima do planejamento.

Os resultados demonstram, em valores percentuais, que há pouco interesse da amostra nos bairros pesquisados, quanto ao processo do orçamento participativo e este nível de interesse está muito abaixo do esperado.

Demonstram também que há reduzidos envolvimento e participação ativa dos cidadãos nas questões políticas, sociais e econômicas do município de Itapeva-SP.

4.1 ACESSO A TECNOLOGIA E AS FERRAMENTAS

A Tabela 2 apresenta os resultados das respostas das questões sobre acesso às ferramentas do planejamento e as tecnologias da Administração Pública.

Tabela 2 – Acesso as ferramentas do planejamento e tecnologias da Administração Pública

Questão	Sim	Não	Não sei Responder	Total
Você conhece o PPA, a LDO e a LOA do Município de Itapeva-SP para acesso às informações sobre a tomada de decisões e à realização das ações e propostas do Governo Municipal?	6	33	3	42
Você conhece o Site da Prefeitura do Município de Itapeva na Internet?	33	8	1	42
Você conhece o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Itapeva-SP para acesso às informações sobre o Planejamento e a Execução das ações e propostas do Governo Municipal, que envolvam a aplicação dos recursos públicos?	17	23	2	42
Total Geral	56	64	6	126
Total (%)	44	51	5	100

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

A pesquisa também levou a analisar o conhecimento e acesso às ferramentas e tecnologias utilizadas no planejamento da Administração Pública. Verificou-se que, 79% dos respondentes não conhecem o PPA, a LDO e a LOA do município de Itapeva-SP, mas 14% responderam que conhecem e 7 % não souberam opinar.

Existe um contingente significativo de cidadãos que não conhecem as ferramentas do planejamento utilizadas pelo município de Itapeva. Os motivos podem estar na falta de conscientização, na falta de incentivo e na importância menor dada pelo município na divulgação e na transparência destas ferramentas com o auxílio da tecnologia.

Em complemento ao contexto anterior, 79% conhecem o site da prefeitura do município de Itapeva, o que demonstra que os cidadãos possuem acesso as tecnologias, seja por meio da internet ou por outros meios, para busca de informações, conforme sua necessidade.

Somente 19% não conhecem o site da prefeitura do município, e 2% não souberam responder. Os resultados apontam que os respondentes são cidadãos que nunca precisaram de informações ou não possuem acesso as tecnologias ou não se interessam pelas informações do Município, conforme o esperado.

Somente 19% não conhecem o site da prefeitura do município, e 2% não souberam responder. Estes dois últimos resultados apontam que os respondentes são cidadãos cuja prática cotidiana não exige muitas informações atualizadas ou que eles não possuem acesso as tecnologias ou, ainda, que não se interessam pelas informações do Município, conforme o esperado.

Em relação ao portal da transparência da prefeitura municipal de Itapeva, 40% dos respondentes conhecem e já acessaram a ferramenta para obter informações do planejamento e execução das ações e propostas do governo municipal.

Outros 55% dos respondentes não conhecem o portal da transparência municipal, 5% não souberam opinar. Os dados podem trazer indícios de que não há preocupação do poder local na aproximação do cidadão com o governo. Verifica-se isto, pela dificuldade de acesso e interpretação das informações sobre os recursos públicos, disponíveis no portal da transparência.

Há críticas pela demora de atualização das informações, informações errôneas e de uma linguagem difícil para entendimento dos cidadãos.

Os resultados obtidos respondem aos objetivos específicos da pesquisa alinhados à relação dos cidadãos com as tecnologias e as ferramentas do planejamento da Administração Pública. Nota-se que há uma expectativa destas tecnologias serem aprimoradas, desenvolvidas e estimuladas e que há falta de incentivo e preocupação do Poder Público quanto à importância de as peças orçamentárias estarem presentes na vida da população.

Isto se reflete, nos momentos de audiências públicas para a discussão a cada ano, pela baixa participação popular e a presença expressiva dos técnicos de governo.

A falha no incentivo por parte do Poder Público, na percepção dos respondentes, foi investigada e é relatada na seção que segue.

4.2 O NÍVEL DE CONHECIMENTO DA AMOSTRA

A Tabela 3 apresenta os resultados das respostas das questões sobre a influência do conhecimento coletivo e incentivo à Implantação do Orçamento Participativo.

Tabela 3 – Influência do conhecimento coletivo e incentivo ao Orçamento Participativo

Questão	Sim	Não	Não sei Responder	Total
Você considera que a união entre os cidadãos em seus bairros, vilas ou em associações de moradores promove mudanças para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida no local onde vivem?	31	7	4	42
Você considera que o Município de Itapeva-SP estimula a implantação do Orçamento Participativo juntamente com a população?	7	30	5	42
Total Geral	38	37	9	84
Total (%)	45	44	11	100

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Analisando a influência do conhecimento coletivo no orçamento participativo, 74% dos respondentes acreditam que a união dos moradores nos bairros, vilas ou associações pode promover as mudanças necessárias para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de todos. Entretanto, 17% não consideram esta união, e 10% não souberam opinar.

A união popular torna-se ativa quando tem a voz de comando, com

sugestões de melhorias na cidade e no local pelos moradores, sem qualquer intervenção do Poder Público. O conhecimento tácito e explícito de cada indivíduo é uma riqueza que o poder público não utiliza a favor da comunidade. E esta opção é contrária aos conceitos de Conhecimento como informação estruturada que tem importância para a organização.

Uma das hipóteses para aproveitamento do conhecimento coletivo seria incentivar o espírito de liderança, a criação de associações nos bairros com a participação de uma grande parte dos moradores. Isto poderia fazer transparecer a riqueza das ideias populares e estimular o poder público a fomentar o processo de implantação do orçamento participativo e a participação popular.

Verificou-se que 71% dos respondentes afirmam que o Município não estimula a implantação do Orçamento Participativo juntamente com a população. Somente 17 % acreditam que há estímulo e 12 % não souberam opinar.

Os resultados demonstram que a Prefeitura Municipal de Itapeva-SP, na percepção dos respondentes, estimula de forma comedida a implantação do orçamento participativo. O que indica que o órgão público realiza as audiências públicas e a discussão das peças orçamentárias com a intenção principal de cumprir as exigências da Lei da Transparência Pública e Responsabilidade Fiscal, porém sem esforços para uma maior participação popular.

O sucesso do orçamento participativo depende de vontade política e do conhecimento sobre ele. Tem-se que agregar paulatinamente novos participantes para motivar o crescimento contínuo desta cultura de participação.

A população confia na união de todos, em seus bairros, vilas e associações, mas o interesse de cada um deve ser maior, quanto maior for a intenção de contribuir de forma relevante para a melhoria da qualidade de vida no local aonde vivem.

Há uma desconfiança da população em relação aos benefícios do orçamento participativo, em virtude da falta de ação do poder público. Muitos instrumentos previstos no plano diretor do Município, inclusive o orçamento participativo, ainda não estão em funcionamento no município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados trazem como resposta ao problema de pesquisa a demonstração de que, baseado na amostragem pesquisada, o interesse dos cidadãos do município de Itapeva-SP em participar da Gestão Pública pode ser numérica e efetivamente melhorado. Na prática atual a influência do conhecimento coletivo repercute reduzidamente nas tomadas de decisões, considerando os índices de envolvimento dos cidadãos com o orçamento participativo do município, o que certamente contribui pouco para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

A pesquisa teve como intuito quantificar o interesse dos cidadãos no processo do orçamento participativo, e se existe a consciência da população sobre

o conhecimento coletivo e o que ele pode influenciar para o desenvolvimento e melhoria das condições de qualidade de vida dos munícipes.

Para isto foi desmitificado o orçamento participativo, seus conceitos, seus objetivos, sua implantação e os grandes desafios e obstáculos. Foi abordada as ferramentas utilizadas no planejamento da Administração Pública Municipal e a relação dos cidadãos com elas, além de identificar as tecnologias aplicáveis no processo de planejamento, na execução orçamentária e transparência do governo.

A pesquisa sobre a importância do conhecimento coletivo para contribuir para a melhoria contínua do orçamento participativo serviu também, para investigar o estímulo do Município quanto ao processo de implantação do orçamento participativo.

Observou-se que a pesquisa, paralelamente e além de seus propósitos, cumpriu uma função social quando demonstrou, ao cidadão, o seu valor, alertando que a participação do cidadão na vida do município deve ser relevante, principalmente na aplicação e na distribuição dos recursos públicos pelo orçamento público.

Mediante a pesquisa de campo realizada, percebeu-se que o interesse espontâneo dos cidadãos no processo de implantação do orçamento participativo é, em valores percentuais, pequeno. Há pouca influência do cidadão para o desenvolvimento das ações e programas que visem o bem-estar social da população. Devido ao baixo interesse dos setores do município na participação, segundo os dados da pesquisa, o agir dos cidadãos não se efetiva nas decisões sobre o planejamento orçamentário. Com isto resta crer que, quando existente, são consideráveis as ações focadas em cobranças e reclamações sobre o que o Poder Público não realiza.

A pesquisa verificou que uma parte significativa dos cidadãos conhece formas de participar da decisão, juntamente com o Governo Municipal, sobre as prioridades de aplicação dos recursos, embora o interesse e a participação da população sejam reduzidos. Por outro lado, demonstrou que os cidadãos acreditam na união entre eles, que o conhecimento coletivo realiza as mudanças necessárias para o desenvolvimento do município.

Diante da análise das questões, foi possível perceber que uma parte da população do município de Itapeva não conhece as ferramentas do planejamento utilizadas pela Administração Pública Municipal e, com isso, não acompanham a aplicação dos recursos públicos.

Os cidadãos utilizam relativamente tecnologias modernas, como a internet, porém, menos da metade acessa as informações sobre o planejamento e a execução das ações e propostas do município, pelo Portal da Transparência. Diante disso, pode-se afirmar que, na visão da população pesquisada, não é significativa a preocupação do poder público no sentido enriquecer estas informações no site na internet, tornando-as acessíveis e numa linguagem fácil aos cidadãos. O município não incentiva a participação popular para a discussão das propostas orçamentárias (LDO, LOA e PPA). Fica adstrito somente às audiências públicas, com assuntos técnicos, com grande envolvimento do pessoal de governo e pouca presença dos

cidadãos.

Pode-se perceber que o Município de Itapeva não estimula a implantação do orçamento participativo, visto que “não saiu do papel” este importante instrumento mencionado no Plano Diretor do Município.

Baseado nos resultados da pesquisa, na visão do pesquisador, é imprescindível que o poder público envolva a participação popular no processo de implantação do orçamento participativo. Deve tornar as ferramentas do planejamento acessíveis, com o auxílio das tecnologias e provê-las de uma linguagem clara e fácil, a fim de promover a conscientização, a participação e o interesse da população.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 21 ed. rev. e atual, Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2013a.

ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. **Direito Constitucional descomplicado**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2013b.

AZEVEDO, Sérgio de. FERNANDES, Rodrigo Barroso. **Orçamento participativo: construindo a democracia**. Rio de Janeiro: Rivan, 2005.

BOFF, Luiz Henrique. **Gestão do conhecimento: o que é, para que serve e o que eu tenho a ver com isso?** Global Manager - Revista do Curso de Administração da Serra Gaúcha, Caxias do Sul-RS, Ano 1, nº 1, p.7-19, Novembro de 2001. Disponível em: <<http://ojs.fsg.br/index.php/global/article/viewFile/449/388#page=7>>. Acesso em: 01 jul. 2017

CAMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA, SP. Lei nº 2499, de 18 Novembro de 2006. **Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as Diretrizes e Proposições de Desenvolvimento do Município de Itapeva**. Itapeva, SP, 18 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.camaraitapeva.sp.gov.br/servicos/leis/integra/2499/>>. Acesso em: 01. Jul. 2017

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7 ed. rev. e atual, Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____, **Introdução à teoria geral da administração**. 9ª ed. rev. e atual, São Paulo: Editora Manole, 2014.

DINIZ, Gláucia et al. **Gestão do conhecimento - uma visão do cotidiano empresarial**.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 3, 2014, Ponta Grossa-PR. Anais Eletrônicos. Ponta Grossa-PR: 2014. Disponível em: <<http://www.admpg.com.br/2014/selecionados.php>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

FURTADO, Fábio. **Administração financeira e orçamentária: direito financeiro simplificado - teoria e questões**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

G1. Itapetininga e Região. **Decreto cria a 16ª Região Administrativa em Itapeva**. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2014/02/decreto-cria-16-regiao-administrativa-em-itapeva.html>. Acesso em: 01. Jul. 2017.

ITAPEVA-SP, **Conheça Itapeva: história e perfil da cidade, dados gerais**. Disponível em: <<http://www.itapeva.sp.gov.br/conheca-itapeva/historia/>>. Acesso em: 01 jul. 2017

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed, São Paulo: Atlas, 2010.

PIRES, Valdemir. **Orçamento participativo: o que é, para que serve, como se faz**. São Paulo: Editora Manole, 2001.

TAKEUCHI, Hirotaka. NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TAZINASSO, Débora e et al. **Orçamento Público: Elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA e as formas de participação cidadã em suas elaborações**. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 3, 2014, Ponta Grossa-PR. Anais eletrônicos. Ponta Grossa-PR: 2014. Disponível em: <<http://www.admpg.com.br/2014/selecionados.php>>. Acesso em: 01 Jul. 2017.

ABSTRACT: The purpose of this study was to know the interest of citizens in the process of participatory budgeting, whether there is public awareness about collective knowledge and what it can influence for the development and improvement of the quality of life of citizens. The participatory budget contributes to the recovery of the value of citizenship, which, together with citizens, can play an important role in the process of building this tool in conjunction with local

government in setting priorities and allocating public resources. For this, the need to know the interest of the citizens to participate in the elaboration of the participatory budget has arisen and how this level of interest influences to the improvement of the quality of life of the citizens. A field survey was carried out with the application of questionnaires answered by residents of Jardim Europa, Jardim Ferrari and Parque São Jorge districts of Itapeva-SP. The results show that the citizens know the participatory budget, but this interest is below expectations. It is significant the part of the population investigated that does not participate and is unaware of the planning tools adopted by the Municipal Public Administration. The participants of the research consider that the Public Power uses few mechanisms that promote the popular participation in the process of implantation of the participative budget. This can occur with attitudes to make planning tools accessible in clear and easy language, with the help of technologies to promote public awareness, participation and interest.

KEYWORDS: participatory budgeting; popular participation; Technologies, Public Administration.